

## TRÊS PERGUNTAS A...



**NUNO DE VILLALOBOS**

Director do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD)

### **“O sucesso da arbitragem fiscal está nas mãos dos árbitros”**

O director do Centro de Arbitragem Administrativa, Nuno de Villalobos, recusa que os tribunais arbitrais gerem mais procura e não resolvam o problema da morosidade dos tribunais.

### **Como responde às críticas segundo as quais a arbitragem fiscal não é solução para a morosidade da justiça e pode até gerar mais procura?**

Em democracia, qualquer medida legislativa inovadora deve ser objecto de discussão pública e, como tal, alvo de críticas. O regime legal foi elaborado para responder, não só, mas também, à morosidade da justiça fiscal. Tenho testemunhado um enorme entusiasmo em torno do projecto. O reflexo mais óbvio é o número e a qualidade excepcional das pessoas que manifestaram interesse em aderir ao projecto como árbitros. A partir daqui, o sucesso da arbitragem tributária está em larga medida nas mãos destas pessoas. Não tenho por isso nenhuma razão para crer – muito pelo contrário – que não será bem sucedido. Por outro lado, não vejo como é que um meio célere e eficaz

de resolução de litígios pode gerar mais procura – ou seja – mais litígios. Usando o argumento ‘ad absurdum’, acabaríamos por concluir que quanto mais bem apetrechado estivesse o sistema judicial, maior seria o problema da Justiça.

### **Há também quem aponte o risco de haver problemas de imparcialidade por parte dos árbitros...**

Os árbitros, além de estarem sujeitos ao apertado regime de impedimentos previsto na lei, devem ainda obedecer ao Código Deontológico do CAAD. Este código é bastante exigente e foi aprovado

### **As decisões finais serão tornadas públicas, contribuindo para um processo mais transparente.**

pelo Conselho Deontológico do Centro. Além disso, é apenas elegível como árbitro quem tiver comprovada idoneidade moral, experiência profissional e sentido de interesse público. Acresce que as decisões finais serão tornadas públicas, o que também contribuirá para a transparência do processo. **Na área da justiça fiscal quais deveriam ser as prioridades do novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais?**

Uma das prioridades será o combate à morosidade da justiça fiscal. A arbitragem é uma arma ao serviço desse combate. Claro que é necessária alguma cautela na forma como é implementada para não a desvirtuar. Acredito que os responsáveis máximos das pastas da Justiça e dos Assuntos Fiscais estarão atentos e terão a determinação necessária para implementar o projecto. ■